

Eletrobras: Energia que não para... de demitir!



Diante da avalanche de demissões promovida pela Eletrobras após a assinatura do ACT 2024/2026 o Coletivo Nacional dos Eletricitários(CNE), ao qual a AEEL integra, encaminhou carta ([veja aqui](#)) à empresa pedindo esclarecimentos quanto ao número de trabalhadores e trabalhadoras desligados desde o acordo coletivo. É fato que desde 30/03, após o PDCI as demissões têm sido frequentes.

Possível descumprimento da Cláusula 26ª do ACT - há indício de violação da cláusula que versa sobre o Quadro Mínimo durante a vigência do ACT, ou seja, de

01.05.2024 até 30.04.2026, deverá ser preservado o quadro mínimo correspondente à redução quantitativa do quadro de empregados que limita a 1.200 desligamentos, sendo que, segundo a própria empresa, até 26/03 foram realizados 1.068 desligamentos entre Programas de Demissão Consensual (PDC), desligamentos sem justa causa e os desligamentos através do PDCI.

Conflito de informações e sucessivos equívocos - quase que diariamente somos procurados por trabalhadores e trabalhadoras demitidos com questões que envolvem erros de cálculos rescisório, envio de documentação solicitada e cancelamento do plano de saúde, alguns encontram-se em tratamentos sérios de saúde, como câncer, por exemplo, e se sentem perdidos.

O ambiente institucional - sabemos que o respeito às pessoas não seria cogitado pela Eletrobras privatizada, mas a forma como os trabalhadores e trabalhadoras têm sido tratados por essa gestão (cujo principal valor é o econômico, o lucro e a distribuição de dividendos), beira a desumanidade!

O capital humano com expertise não é valorizado - profissionais experientes são substituídos por mão de obra terceirizada sem o devido conhecimento para manter os serviços de importância fundamental à população brasileira, inclusive ocasionando vários acidentes fatais.

Enquanto contam seus super salários e dividendos astronômicos, a direção da Eletrobras e seus acionistas, mantêm-se cegos ao risco iminente de caos no setor elétrico nacional.

Mas as Entidades de Representação dos Trabalhadores e Trabalhadoras estão bem atentas e aguardam a resposta da Eletrobras aos questionamentos do CNE para os devidos procedimentos legais.